



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Administração, Serviço Público e Segurança



PROJETO DE LEI Nº 279/2019

DISPÕE SOBRE A INVESTIGAÇÃO IMEDIATA DE PESSOAS
DESAPARECIDAS NO ESTADO DA PARAÍBA E ADOTA
PROVIDÊNCIAS CORRELATAS. EXARA-SE PARECER PELA
APROVAÇÃO DA MATÉRIA.

AUTOR: DEP. CAMILA TOSCANO

RELATOR: DEP. WALLBER VIRGOLINO

PARECER Nº 51/2019

I - RELATÓRIO

A Comissão de Administração, Serviço Público e Segurança recebe para análise e parecer o **Projeto de Lei nº 279/2019**, de iniciativa da Excelentíssima Deputada Camila Toscano, o qual ***"Dispõe sobre a investigação imediata de pessoas desaparecidas no Estado da Paraíba e adota providências correlatas."***

Instrução processual em termos. Tramitação na forma regimental.

É o relatório.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Comissão de Administração, Serviço Público e Segurança



II – VOTO DO RELATOR

A proposta legislativa em análise tem por finalidade criar um procedimento de investigação de pessoas desaparecidas que seja feito de forma imediata e uniforme no Estado da Paraíba.

Em sua justificativa a autora defende o projeto destacando que:

A atuação imediata na localização de uma criança desaparecida pode servir ainda como um fator de prevenção de delinquência juvenil, tráfico de pessoas, exploração sexual, tráfico de drogas, cooptação para o crime, entre outras violações de direito.

O Cadastro Nacional de Crianças Desaparecidas, por si só não é uma ferramenta suficiente para localizar e identificar pessoas de maneira rápida e efetiva. De igual maneira, a mera distribuição e disseminação de fotos sem uma extensa coordenação entre diferentes agências e uma padronização de procedimentos não é suficiente.

Pois bem, conforme o artigo 141, inciso II, do Regimento interno da Assembleia Legislativa da Paraíba, a proposição será distribuída, após a admissibilidade na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, às demais comissões permanentes quando a matéria de sua competência estiver relacionada com o mérito da proposição, de maneira que, por evidentemente tratar de serviço público, é de competência desta comissão a apreciação do seu mérito, nos termos do artigo 31, inciso V, alínea “d”, do RI.

Deste modo, considerando que a matéria recebeu Parecer pela constitucionalidade na CCJR, segue para análise meritória nesta comissão.

O PL N° 279/2019 trata de uma explicitação e/ou regulamentação de uma atividade que já cabe ao órgão estadual, tendo em vista a competência do Estado para promover, entre outras ações, a investigação de supostos crimes. Ocorre



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Comissão de Administração, Serviço Público e Segurança



que, ao unificar procedimentos, pautando cada passo que deve ser seguido pela autoridade investigatória, há uma maior probabilidade de êxito.

É cediço que Poder Público deve sempre aperfeiçoar suas atividades, melhorando sua eficiência, conforme determinado no art. 37, da Constituição Federal. Nestes termos, a propositura visa obter melhor resolutividade para os casos de desaparecimento.

Diante do exposto e depois de retido exame da matéria, esta relatoria opina, seguramente, pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei nº 279/2019**.

É o voto.

Sala das Comissões, em 26 de agosto de 2019.

DEP. WALLBER VIRGOLINO

Relator



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Comissão de Administração, Serviço Público e Segurança



III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Administração, Serviço Público e Segurança, nos termos do Voto do Relator, opina pela **APROVAÇÃO** do **Projeto de Lei nº 279/2019**.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de agosto de 2019.




DEP. BUBA GERMANO
Presidente


DEP. CABO GILBERTO
Membro


DEP. FELIPE LEITÃO
Membro


DEP. DODA DE TIÃO
Membro


DEP. DEL. WALLBER VIRGOLINO
Membro